

AGIR OU REAGIR?

CICLO DE WEBINARS

**#COERÊNCIA NA
PRESIDÊNCIA**

Enquadramento
Temático

CICLO WEBINARS #COERÊNCIANAPRESIDÊNCIA

“DESENVOLVIMENTO GLOBAL: *AGIR OU REAGIR?*”

ENQUADRAMENTO GERAL

“Recebemos a aurora e o verde azulado dos bosques.

Recebemos o silêncio intacto dos espaços.

Recebemos a música do vento.

Mas sofremos igualmente a sofrida marcha da história.

O fragmentado desenho sonoro da nossa conversa humana.

Esta espécie de parto interminável que, entre dor e esperança, torna semelhantes todos os locatários da terra.” (Tolentino Mendonça)

No momento em que Portugal assume a Presidência do Conselho da União Europeia, o ciclo de webinars “Desenvolvimento Global: Agir ou Reagir? A alimentação que queremos. O planeta que defendemos. As políticas que precisamos” propõe uma reflexão sobre as interdependências e a solidariedade global, num encontro entre decisores políticos e cidadãos, protagonizado pelos jovens.

Numa altura em que o debate a favor da sustentabilidade enche os nossos ecrãs e que o mundo se une em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), raramente se ouve falar da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento. Esta obrigação legal, tão frequentemente esquecida, é o que permite garantir que os progressos alcançados pelos países mais ricos não colidem com os esforços de erradicação da pobreza dos países mais frágeis. Queremos uma Europa verde - nesta grande ambição que a move de ser “o primeiro continente verde” -, mas que externaliza os impactos ambientais para os países em desenvolvimento? Queremos uma Europa líder na produção

mundial de alimentos, mas cuja exportação para os países frágeis compromete os negócios locais?

São as pessoas que vivem nos países mais pobres as que mais sofrem com os efeitos das alterações climáticas, as que menos contribuem para o fenómeno e as que menos recursos têm para as combater. É também nestes países que se assinalam os níveis mais alarmantes de fome, onde a população rural, da qual depende grande parte da alimentação mundial, vive em situação de pobreza extrema.

Como desmontar um discurso e políticas autocentradas e convergir para uma Europa verdadeiramente justa, aberta e solidária?

Como vai a Europa, na sua louvável ambição, não deixar ninguém para trás?

Como respondeu a Presidência Portuguesa da União Europeia às inquietações globais?

13 Abril | 14h30 – 16h

(Em direto no ZOOM e no Facebook da FEC / IMVF)

Uma conversa para todos e com todos os que acreditam num processo de desenvolvimento mais justo, mais digno e mais inclusivo.

“DESENVOLVIMENTO GLOBAL: AGIR OU REAGIR? A ALIMENTAÇÃO QUE QUEREMOS”

A garantia de que “a UE centrará a sua cooperação internacional na investigação e inovação no domínio alimentar, em especial no que se refere à adaptação às alterações climáticas e à atenuação dos seus efeitos”, assim como “à sustentabilidade das suas intervenções coordenadas nos domínios humanitário e do desenvolvimento” na Estratégia do Prado ao Prato, e que esta “integrará a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável em todas as suas políticas” podem vir a ser fatores determinantes para assegurar um sistema agroalimentar mais inclusivo e digno, sobretudo no seio das comunidades mais vulneráveis dos países em desenvolvimento.

É esta a oportunidade da UE assegurar um sistema agroalimentar inclusivo, sustentável e digno?”

19 Maio | 14h30 – 16h

(Em direto no ZOOM e no Facebook da FEC / IMVF)

Uma conversa para todos e com todos os que acreditam num processo de desenvolvimento mais justo, mais digno e mais inclusivo.

“DESENVOLVIMENTO GLOBAL: AGIR OU REAGIR? O PLANETA QUE DEFENDEMOS”

Travar as alterações climáticas é, acima de tudo, uma questão de justiça e de respeito pelos direitos humanos. Sabemos que são os países mais vulneráveis os que mais sofrem os seus efeitos, mas os que menos contribuem para o fenómeno. É nosso dever e responsabilidade apelar à justiça climática, que compreende as alterações climáticas globais enquanto questão política e ética e não apenas como um tema estritamente ambiental. A justiça climática possibilita uma abordagem integrada e abrangente e assegura a transição para uma economia hipocarbónica de forma justa e equitativa. Diante deste entendimento, falar de justiça climática não é falar apenas de ambiente. É falar de justiça social e climática. De transição justa. De luta por direitos ambientais e humanos. De equidade, vulnerabilidade e desigualdade. Interdependência e de solidariedade. É falar de ação e mobilização.

Como está a Europa, na sua meritória ambição climática, a salvaguardar os direitos ambientais e humanos dos países mais pobres?

Os instrumentos europeus de combate às alterações climáticas têm no horizonte a justiça climática global?

6 Julho | 14h30 – 16h

(Em direto no ZOOM e no Facebook da FEC / IMVF)

Uma conversa para todos e com todos os que acreditam num processo de desenvolvimento mais justo, mais digno e mais inclusivo.

“DESENVOLVIMENTO GLOBAL: AGIR OU REAGIR? AS POLÍTICAS QUE PRECISAMOS”

A experiência de vulnerabilidade que afetou o mundo permitiu uma consciência mais profunda das interdependências e desequilíbrios globais, geradoras de relações desiguais. Exige-se, por consequência, a promoção de valores de maior solidariedade e justiça global, num processo de reajuste do desenvolvimento mundial, através da adoção de políticas europeias justas e coerentes na sua relação com os países parceiros.

Com a Presidência Portuguesa da União Europeia marcada pelo lema «Tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital», Portugal procurou promover uma Europa mais resiliente, social, verde, digital e global.

Num tempo em que as exigências dos desafios globais se acentuam, como é que a PPUE2021 articulou as suas cinco prioridades com as cinco áreas setoriais onde se devem centrar os esforços da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento, nomeadamente, alterações climáticas, comércio e finanças, segurança alimentar, migrações e segurança?

A Presidência Portuguesa da UE foi um marco na promoção do desenvolvimento global?